

Tradução do russo e edição por CN, 5.08.2014

(original em: <http://cccp-kpss.narod.ru/bpk/IB41-16.htm>)

A economia socialista como sistema¹

Tatiana Khabarova²

Começo por me apresentar de modo a quem não me conheça neste auditório possa formar uma ideia de quem sou.

A minha formação de base é em engenharia termoeléctrica e pós-graduei-me em Ciências Filosóficas. No período soviético fui durante muito tempo (desde o início dos anos 70) «*dissidente vermelha*», isto é, não uma dissidente comum naqueles tempos, da corrente de Sákharov/Soljenítsine, mas pelo contrário, da corrente anti-Sákharov/Soljenítsine. Poderão pensar que, nos anos 70, ser-se contra Sákharov e Soljenítsine era simplesmente o mesmo que defender a visão oficial da época. Não, nada disso. Com base numa experiência pessoal mais do que suficiente, posso afirmar que, enquanto Iúri Andrópov dirigiu o Comité de Segurança do Estado da URSS, não se conduziu no país qualquer combate efectivo contra a praga do anti-sovietismo e do anticomunista. O que teve lugar foi uma propagação habilmente orquestrada desta praga, que na realidade era estimulada, pelo menos, por uma parte da direcção superior do partido e do Estado.

O combate – de resto muito severo e sem brincadeiras – era travado contra aqueles que viam e compreendiam o significado funesto deste processo e tentavam opor-se por sua conta e risco.

No Verão de 1989, Nina Andréieva³ convidou-me a entrar para a Associação «*Unidade*». Aceitei o convite e em breve tornei-me presidente da comissão ideológica dessa associação informal, que naquele tempo tinha bastante actividade e influência.

¹ Intervenção no seminário de juventude sobre segurança nacional na Duma de Estado da Assembleia Federal da Federação Russa, Moscovo, 21 de Maio de 1997.

² **Khabarova**, Tatiana Mikhailovna (1935) é actualmente presidente do Comité Executivo do Congresso dos Cidadãos da URSS. (N. Ed.)

³ **Andréieva**, Nina Aleksándrovna (1936), membro do PCUS desde 1966, engenheira química e professora no Instituto de Tecnologia de Leningrado, tornou-se conhecida em toda a URSS após a publicação do seu artigo «*Não posso renunciar aos princípios*», no jornal *Soviétskaia Rossia*, em 13 de Março de 1988, onde rejeitou a campanha anti-stalinista lançada pela *perestroika* e defendeu a «*honra e a dignidade dos pioneiros do socialismo*» incluindo de Stáline. Depois de ter criado em 18 de Maio de 1989 a Associação «*Unidade pelo Leninismo e pelos Ideais Comunistas*», torna-se presidente em 1991 da Plataforma Bolchevique no PCUS, promovendo a fundação do Partido Comunista Bolchevique de Toda a União em 1991, do qual é secretária-geral. (N. Ed.)

Em Julho de 1991, a partir da «*Unidade*», foi criada a Plataforma Bolchevique no PCUS, a última grande plataforma que se criou no interior PCUS, a par da *Dem-platform* [Plataforma Democrática], da Plataforma Marxista e do Movimento Iniciativa Comunista (DKI). A criação da Plataforma Bolchevique partiu de uma ideia minha, assim como sou a autora do documento «*Plataforma Bolchevique no PCUS*», que foi aprovado em 1991, na Conferência de Toda a União, realizada em Minsk, na qual participaram mais de 800 pessoas incluindo convidados.

Na base do DKI formou-se depois o Partido Comunista da República Socialista Federativa Soviética da Rússia, e depois o Partido Comunista da Federação Russa e, como produto derivado, o Partido Comunista Operário Russo. Da Plataforma Marxista saíram o grupo de Aleksandr Buzgáline,⁴ o Partido Comunista da Rússia e o partido «*União dos Comunistas*», que formam actualmente o PCR-PCUS. Na base da Plataforma Bolchevique, Nina Andréieva fundou o Partido Comunista Bolchevique de Toda a União, mas uma parte da Plataforma Bolchevique no PCUS, à qual pertence, continua a existir e a intervir sob este nome. Deste modo continuo filiada no PCUS.

Participei no Plenário do CC do PCUS de 13 de Junho de 1992. Entre 1992 e 1993, integrei o Comité de Organização do CC do PCUS para a convocação da XX Conferência de Toda a União e do XXIX Congresso do PCUS. Fui delegada em ambos os fóruns. A partir de Fevereiro de 1992 participei no processo de reconstituição da organização do partido da cidade de Moscovo. Fui delegada à primeira assembleia do partido da cidade de Moscovo, em 4 de Outubro de 1992, depois da dissolução do PCUS e do Partido Comunista da RSFSR. Na sequência do XXIX Congresso do PCUS, que se realizou em Março de 1993, tornei-me membro do Comité Político Executivo e do Conselho do Partido União dos Partidos Comunistas-Partido Comunista da União Soviética (UPC-PCUS).

Em 1994-95 saí dos órgãos dirigentes do UPC-PCUS, devido a divergências com Oleg Chénine⁵ e o seu grupo. Sempre considerei e considero que a ideia de uma «*união de partidos comunistas*» no nosso país, na presente situação, é errada na sua raiz, e defendo firmemente a reconstituição do Partido Comunista da União Soviética, enquanto partido autónomo, na base teórica e ideológica bolchevique.

Em 1995, o nosso grupo – a Plataforma Bolchevique no PCUS – concretizou a ideia de convocar o Congresso dos Cidadãos da URSS, o qual decorreu em Outubro daquele ano. O Congresso aprovou a Declaração sobre a Unidade do Povo Soviético, sobre o direito à sua reunificação e ao pleno exercício do poder e soberania no terri-

⁴ **Buzgáline**, Aleksandr Vladímirovitch (1954), economista russo, membro do PCUS entre 1990 e 1991, é director do Instituto de Socioeconomia da Universidade Finanças e Direito de Moscovo e professor da Universidade Estatal de Moscovo, na Cátedra de Economia Política da Faculdade de Economia. Em 1994 foi um dos fundadores do «*Movimento dos Cientistas pela Democracia e Socialismo*». (N. Ed.)

⁵ **Chénine**, Oleg Semiónovitch (1937-2009), membro do PCUS desde 1962, do Politburo (1990-93) secretário do CC (1990-1993), foi primeiro secretário de várias regiões entre 1974 e 1990. Entre 1993 e 2001 foi presidente do Conselho da União dos Partidos Comunistas-Partido Comunista da União Soviética (UPC-PCUS). Entre 1993 e 2000 integrou o Comité Executivo Central do Partido Comunista da Federação Russa, bem como o seu Comité Central. Foi expulso do PCFR pela tentativa de criação do Partido Comunista da União da Bielorrússia e da Rússia. Em 2001 está no centro de uma cisão do UPC-PCUS, formando o seu próprio PCUS, do qual se torna presidente em 2004. (N. Ed.)

tório da URSS. Neste documento, pela primeira vez desde o referendo de Março de 1991, foi colocada com toda a força a questão da existência do povo soviético e dos direitos que lhe assistem, antes de mais, o direito à sua reunificação, uma vez que, do ponto de vista jurídico, no actual momento é um povo dividido à força.

Prevê-se convocar pela segunda vez o Congresso dos Cidadãos da URSS em finais do Verão início do Outono. Será apresentado ao Congresso um projecto de nova redacção da Constituição da URSS, e é nossa intenção que o Congresso leve o projecto ao debate dos soviéticos. E aqui entramos no tema do nosso encontro, já que no referido projecto de nova redacção da Constituição soviética será incluído o esquema económico de Stáline, sobre o qual me pediram para vos falar.

Algumas considerações muito gerais sobre o actual estado de coisas

Em primeiro lugar, qualquer pessoa que reflita não deve duvidar de que a única alternativa real para o futuro do nosso país é o socialismo. Porquê? Simplesmente porque este é o modelo económico e político de organização social mais aperfeiçoado da história. Historicamente já o «*agarrámos*», começámos a concretizá-lo, e inevitavelmente regressará, uma vez que o curso da história é irreversível, e está direccionado para o progresso, não para o retrocesso.

Perguntar-me-ão: mas se o modelo socialista era assim tão bom, como é que chegámos a tal devastação? Por uma razão bastante simples: porque perdemos a guerra. O país que se chamava URSS sofreu uma derrota temporária na Terceira Guerra Mundial, ou se quisermos, na guerra informativa-psicológica, político-psicológica, etc. Não havia causas internas no socialismo soviético capazes de provocar uma catástrofe de tal dimensão. O socialismo tinha algumas dificuldades e fenómenos de crise, mas não eram irremediáveis, podiam ser superados com normalidade, e por si só nunca levariam à derrocada que realmente ocorreu. Por si só não podiam, mas juntamente com a agressão informativa-psicológica do adversário geopolítico, que se prolongou por décadas – essa já é outra questão.

Por isso, para se compreender bem o que está a acontecer, é preciso entendermos a expressão «*Terceira Guerra Mundial*», não como uma qualquer metáfora, mas como a tradução absolutamente exacta e a única correcta do real estado das coisas. É neste sistema de coordenadas que temos de agir, caso não queiramos desaparecer da face da Terra. A guerra está longe de ter terminado, e as suas etapas seguintes não auguram nada de melhor do que aquelas por que passámos. Este é um segundo aspecto importantíssimo.

A este propósito, refiro que o Comité Executivo do Congresso dos Cidadãos da URSS exigiu recentemente à ONU o reconhecimento da chamada guerra «*informativa-psicológica*» ou «*guerra-fria*» como aquilo que sempre foi desde o início, isto é, precisamente, a Terceira Guerra Mundial, uma agressão não provocada dos EUA contra a União Soviética, no decurso da qual foram espezinhados todos os documentos fundadores, objectivos e princípios da Organização das Nações Unidas. Por conseguinte, a ONU tem a obrigação de, finalmente, adoptar contra esta agressão as medidas que indiscutivelmente decorrem dos seus próprios Estatutos.

Em terceiro lugar, no Congresso dos Cidadãos da URSS, em Outubro de 1995, foi afirmado que a Terceira Guerra Mundial, não armada, tomou a forma de *traição nacional incitada*; isto é, sob a influência de prolongadas acções subversivas da

«*quinta coluna*» no interior da URSS, a cúpula governante do Estado e do partido acabou por degenerar num típico regime colaboracionista, do tipo do de Quisling,⁶ traduzindo e servindo, não os interesses do povo, mas os do adversário geopolítico do país – o capital transnacional, cujo centro é constituído pelos Estados Unidos.

Segue-se daqui, para uma pessoa que reflecta, a impossibilidade e inadmissibilidade de se encarar as actuais autoridades como «*governo*», em qualquer parte que seja do território da URSS, e as acções destas autoridades como uma qualquer política nacional. Não é um governo nem uma política, mas um bando de perigosos criminosos de Estado, que, sob os ditames do agressor de facto, destrói metodicamente o país, a sua indústria e agricultura, as suas capacidades científicas e técnicas, de defesa, culturais, institucionais e, o mais importante, humanas.

Que governo é este que comete genocídio contra o seu próprio povo, entendido em plena conformidade com a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio? É preciso que todos atentem bem no facto de que um país onde a população crescia estavelmente ao ritmo de cerca de um por cento por ano passar a registar um *decrécimo* populacional regular anual da mesma grandeza – é uma tarefa extremamente complexa! Isto não pode acontecer «*simplesmente assim*», por si só. Para tal é preciso empreender uma série de esforços específicos cuidadosamente ponderados. Ou seja, do que se trata é apenas e unicamente de um *crime*.

Imaginemos que ontem nos despedimos de uma família amiga, todos estavam bem-dispostos e de boa saúde. Hoje, ao voltarmos, encontramos cadáveres no apartamento. Alguém que avente a hipótese de que tudo aconteceu naturalmente, é logo considerado ou um completo tolo ou cúmplice dos bandidos. É tempo pois de também nós deixarmos de nos fazer de tolos perante este espectáculo de genocídio que está a ser praticado pelo Estado.

E é por força do facto fundamental de estarmos a perder quase um milhão de compatriotas por ano que deve cessar todo o palavreado sobre «*reformas*», «*democracia*», estabilização, inflação, algumas décimas de ponto percentual de um alegado «*crescimento económico*», etc. A eliminação de pessoas, deliberada e antecipadamente planeada, não pode ser justificada de nenhuma forma. É um crime contra a humanidade, não passível de amnistia, nem de prescrição. Os indivíduos que o cometem são na essência criminosos de guerra que devem ser responsabilizados pelos seus actos segundo as normas do Tribunal Militar Internacional.

É óbvio que o Estado se encontra numa situação absolutamente anormal, que só pode ser explicada pela ocupação de facto do país pelo inimigo externo, por intermédio de colaboracionistas inveterados no interior.

E por aqui nos ficamos no que respeita à situação anormal do Estado. Iremos agora ver qual deveria ser o estado normal do nosso Estado, ou seja, como seria o Estado socialista.

⁶ **Quisling**, Vidkun (1887-1945), oficial do exército norueguês até 1921, diplomata nos anos 20, ministro da Defesa de 1931 a 1933, fundou o Partido da União Nacional, em 1933, mas é só após a invasão alemã que se proclama chefe do governo, colaborando activamente com os ocupantes nazis. Após a libertação do país, Quisling é julgado, condenado por alta traição e fuzilado em Outubro de 1945. (*N. Ed.*)

Socialismo – estado natural da sociedade humana

A forma de consolidação e distribuição do rendimento líquido ou a modificação das relações de valor, enquanto «parceira» estrutural da forma de propriedade

O socialismo pode ser definido, em geral, como o regime no qual o ser humano alcança em toda a plenitude possível o bem-estar material e cultural, através unicamente do seu próprio trabalho consciente e nunca através da apropriação parasitária dos resultados do trabalho dos seus concidadãos.

Ao formularmos desta forma clara e sensata o seu conteúdo, parece evidente que nenhuma pessoa razoável, que disponha de uma cultura elementar, poderá opor-se seriamente ao socialismo. Este é simplesmente o estado natural da sociedade humana. Natural não no sentido do seu estado primitivo, mas enquanto resultado desejado e lógico do desenvolvimento histórico.

A apropriação parasitária do trabalho alheio, ou a sua *exploração*, realiza-se através da apropriação das condições materiais do processo de trabalho, isto é, através da propriedade privada dos meios de produção.

Muitos séculos antes do surgimento na Rússia do POSDR⁷ e de Marx e Engels na Europa Ocidental, a humanidade já sabia que a propriedade privada das condições materiais da actividade produtiva era um mal que gerava desigualdade, arbitrariedade, miséria e obscurantismo para a enorme maioria das nações.

A abolição da propriedade privada é uma ideia poderosa da tradição social e filosófica que remonta à antiguidade. Apresentá-la como um «*beco sem saída da civilização*», alegadamente inventada pelos bolcheviques russos, é no mínimo sinal de ignorância.

Aos poucos alcançou-se um grau satisfatório de concordância sobre o facto de que, devendo a propriedade privada tornar-se comum o mais rapidamente possível, e sendo o Estado a personificação e expressão mais próxima dos interesses comuns, então, inicialmente, a propriedade deverá tornar-se estatal.

Qual era o principal escolho na realização destas ideias? Qual a origem do drama em vários actos ou da epopeia da instauração do socialismo no século XX, cuja circunstância de não ter sido concluída constituiu uma das causas da ruptura ocorrida?

O problema consiste no seguinte. Dizer que a cada organização social é inerente uma determinada forma de propriedade, é dizer, quanto muito, metade do que se deve ser dito. Cada forma de propriedade tem um «*parceiro*» estrutural imprescritível, e unicamente em combinação com ele se pode tornar eficaz. Este «*parceiro*» é *a forma de consolidação e distribuição do rendimento líquido* da actividade produtiva, isto é, da mais-valia, do novo valor, pela qual habitualmente começa todo o reboliço social e económico. Qual a sua origem e a quem deve pertencer?

Desde a criação da teoria do valor do trabalho que, aparentemente, existe um consenso sobre a sua origem: a mais-valia é extraída, é produzida pelo trabalho vivo. Mas na realidade ela revela-se fora do processo económico – ou (como se diz com mais frequência) acumula-se, consolida-se – de um modo bastante caprichoso. E o facto de ser gerada pelo trabalho vivo, de decorrer totalmente do gasto de trabalho vivo, não só não é uma evidência, mas antes pelo contrário.

⁷ Partido Operário Social-Democrata da Rússia, fundado por Lênine em 1903. (N. Ed.)

No processo económico real, o novo valor, ou o rendimento líquido, tem a peculiaridade de parecer «colar-se» ao factor de produção que constitui o principal objecto da apropriação privada.

Se no regime feudal o principal objecto de apropriação é a terra, a mais-valia «cola-se à terra», toma a forma de *renda feudal*, nos seus dois principais tipos: corveia [trabalho nas terras do senhor] e tributo [imposto em géneros ou em dinheiro]. E só desta forma a mais-valia pode sair, pode ser extraída do processo produtivo para se «sedimentar». A «colagem» do rendimento líquido ao factor de produção historicamente dominante, neste caso a terra, garante que irá parar às mãos da classe dos proprietários, dominante na sociedade, ou seja, neste caso, aos terratenentes feudais.

No capitalismo, os meios materiais e técnicos de produção são o principal objecto de apropriação privada, e neste sentido são o factor dominante. Correspondentemente, o rendimento líquido toma a forma de *lucro*, o qual se forma, como é sabido, em proporção ao capital investido, ao valor dos meios de produção, e não, mais uma vez, em proporção ao trabalho vivo. Ou seja, é como se o lucro «se colasse» ao capital.

Naturalmente que era preciso entender este fenómeno, e os clássicos explicaram que o valor não é uma relação abstracta, intemporal, imóvel, mas uma relação que, como todas as outras, se altera historicamente, modifica-se. E deste modo, a cada modo de produção, além da sua forma específica de propriedade, é também inerente a sua *modificação da relação de valor*. O novo valor é sempre produzido pelo trabalho vivo, mas pode revelar-se à superfície da realidade económica de uma tal forma que se torna muito difícil perceber a sua relação primordial com o trabalho vivo. Esta é a sua modificação histórica concreta em cada caso.

Este é um ponto fundamental de grande importância.

Qualquer novo modo de produção só atinge o nível apropriado de perfeição e adquire os traços de um organismo económico integral quando se desenvolveram harmoniosamente e formaram um determinado sistema de coesão entre si não só a forma dominante de propriedade e o que se costuma chamar de base técnica-material, mas também a modificação do valor correspondente a um dado regime – isto é, na actual fase de desenvolvimento da sociedade, a forma de manifestação das *relações monetário-mercantis*.

A tarefa das tarefas da construção da economia socialista

– *procurar um «parceiro» para a relação de valor modificada da propriedade socialista ou construir a economia socialista como um sistema.*

Nas vésperas da revolução socialista e nas fases iniciais da instauração do novo regime, havia a convicção no nosso país de que as relações monetário-mercantis seriam abolidas, se não imediatamente após a revolução, pelo menos bastante rapidamente. A política do chamado comunismo de guerra constituiu em grande medida o reflexo deste estado de espírito, enquanto a transição para a *NEP* foi o reconhecimento político do facto inquestionável que depressa se constatou, de que as coisas não eram assim tão simples e que as relações monetário-mercantis são por

enquanto indispensáveis, sendo que este «*por enquanto*» pode estender-se por um período histórico bastante longo.

No seu trabalho «*Para o quarto aniversário da Revolução de Outubro*», Lenine escreveu:

«*Contávamos, levados por uma onda de entusiasmo, depois de despertar no povo um entusiasmo a princípio político e depois militar, contávamos realizar directamente, na base desse entusiasmo, tarefas económicas tão grandes (como as políticas, como as militares). Contávamos – ou talvez seja mais justo dizer: supúnhamos, sem ter calculado o suficiente – que com imposições directas do Estado proletário poderíamos organizar de maneira comunista, num país de pequenos camponeses, a produção estatal e a distribuição estatal dos produtos. A vida mostrou o nosso erro.*»⁸

Noutro trabalho, escrito dias depois, lemos:

«*(...) A Nova Política Económica, pela sua essência, consiste no facto de que neste ponto nós sofremos uma forte derrota e começamos a efectuar uma retirada estratégica (...) A Nova Política Económica significa (...) a transição para a restauração do capitalismo (...)*».

Toda a história da *NEP*, vista à distância de hoje, com a compreensão que temos do problema, consistiu no facto de os bolcheviques na Rússia se terem confrontado – além da instauração da forma socialista de propriedade social (de modo aproximado social significa estatal) – com a necessidade de encontrar, presentir, na realidade económica concreta uma lei objectiva que servisse a propriedade social socialista tal como a lei da taxa média de lucro serve a propriedade privada capitalista.

Isto significa que o sucessor de V. I. Lénine no posto de dirigente do Estado soviético tinha pela frente não só a resolução da tarefa da industrialização do país, colectivização do campo, etc., mas ainda a tarefa fundamental, a tarefas das tarefas, de encontrar o «*parceiro*» das relações de valor modificadas da propriedade socialista. Por outras palavras, construir toda a economia socialista como um *sistema*, um sistema histórico integral competitivo.

No período da *NEP* recuou-se para o capitalismo, mas não se podia utilizar por muito tempo a modificação capitalista da lei do valor: o efeito possível de obter era muito efémero, seguir-se-ia uma crise e a restauração completa do capitalismo no país.

Deve-se dizer abertamente que naquele tempo a grandiosidade desta tarefa e até o próprio facto do seu surgimento – de que era precisamente esta tarefa que estava na ordem do dia – não foram compreendidos adequadamente. Ao nível conceptual, o desenvolvimento da economia soviética foi determinado pela lógica da resolução do seguinte problema: transformar a economia socialista num todo historicamente autónomo, historicamente soberano. Intuitivamente, o trabalho foi conduzido na direcção justa, de forma incessante e muito enérgica. No entanto, nos documentos

⁸ «*Para o quarto aniversário da Revolução de Outubro*», 14 de Outubro de 1921, V.I. Lénine, *Obras Escolhidas* em seis tomos, ed. Avante-Progresso, Lisboa-Moscovo, 1986, t.5, p. 298 (N. Ed.)

«*A Nova Política Económica e as Tarefas dos Instrutores Políticos*», discurso no II Congresso de Instrutores Políticos, 17 de Outubro de 1921, *Obras Completas*, (em russo) Moscovo, 1970, t. 44, p. 158. (N. Ed.)

oficiais daquele período, nas intervenções dos dirigentes do partido e do Estado, e até, infelizmente, na literatura científica, não encontramos em parte alguma uma formulação clara do problema e uma expressão clara da compreensão de que era precisamente este problema que estava a ser resolvido.

Só quando a tarefa da construção da economia socialista como sistema integral já estava praticamente resolvida, no final de uma vida de esforços titânicos para a construção da potência soviética, I.V. Stáline, no seu testamento político – «*Problemas Económicos do Socialismo*» – procurou traçar um quadro sintético económico e filosófico deste feito que marcou verdadeiramente uma época, desta criação colectiva, pode-se dizer, do povo soviético. E só vários anos depois da morte de Stáline, numa das discussões económicas que começavam então a efervescer, foram finalmente pronunciadas as palavras de que o chamado sistema de duas escalas de preços de Stáline não era outra coisa senão a modificação socialista do valor. Mas já era tarde, outros ventos sopravam, a Terceira Guerra Mundial intensificava-se, e a primeira grande dor de cabeça para o adversário geopolítico era precisamente o mecanismo económico de Stáline.

Em consequência, quando deste mecanismo já só restavam ruínas, todas as tentativas de falar séria e fundamentadamente da modificação socialista do valor se tornaram vãs. Quem o fizesse era visto como se estivesse a falar da face oculta da Lua, e não do sistema económico que ainda há pouco existia e funcionava em plenitude no nosso país, na nossa terra.

E não eram apenas os Aganbeguian, Abálkine, Bélkine, Raizberg, Otsason⁹ e outros como eles que não queriam ouvir, aceitar ou publicar. O mais surpreendente é que também nas páginas das nossas publicações chamadas oposicionistas, nem uma abordou o assunto. Nem uma publicou, por exemplo, o meu artigo de 1989 sobre este tema. A conhecida colectânea *Alternativa*, de 1990, reuniu textos de todas as figuras do movimento de esquerda que escreviam e intervinham sobre questões económicas. Parece-me que só eu não fui convidada. E sobre as relações monetário-mercantis e a lei do valor no socialismo publicaram uma mediocridade.

Mas terá sido realmente resolvida a tarefa de encontrar uma forma adequada ao regime socialista de consolidação e distribuição do rendimento líquido? Sim, foi realmente e inquestionavelmente resolvida. Porém foi sendo resolvida segundo o método da tentativa e erro, de um modo essencialmente empírico e não partindo de pressupostos teóricos rigorosos. Por isso não faz sentido tentarmos aqui reconstituir esse processo, a forma como decorreu na prática. Passemos de imediato ao ponto de vista a partir do qual, em 1952, Stáline lançou um olhar sobre o passado.

⁹ Abel Guezévitch Aganbeguian (1932) economista arménio, foi conselheiro de Gorbachov para as questões económicas durante a *perestroika*.

Leonid Ivánovitch Abálkine (1930-2011), economista soviético (russo), foi adjunto do presidente do Conselho de Ministros durante a *perestroika*.

Viktor Danilovitch Bélkine (1927), economista soviético, académico, foi um dos propagandistas da «economia de mercado» durante a *perestroika*.

Borís Abramovitch Raizberg (1929), economista, professor, trabalhou no Centro de Reformas Económicas do Governo da Federação Russa (1992-95).

Rein Otsason (1935-2004), economista estónio, dirigiu o Banco da Estónia nos primeiros anos após a separação da URSS, fundando logo em 1992 o seu próprio banco. (N. Ed.)

A economia socialista transformada em sistema como «consórcio nacional» gigante

*Os meios de produção como produção social intermediária
e os bens de consumo como produção social final do «consórcio nacional»*

Em primeiro lugar, em *Problemas Económicos do Socialismo* estão colocados os pontos nos *i* sobre a questão da esfera de acção da lei do valor no socialismo, a esfera de acção no socialismo das relações monetário-mercantis, da produção mercantil, ou, se quisermos, a questão sobre o *mercado socialista*.

O mercado socialista é apenas o mercado dos bens de consumo geral. O mercado da força de trabalho não existe no socialismo, os meios de produção também deixaram de ser mercadorias, não falando sequer da terra.

Segundo Stáline, alguém que pensava que se deveria restaurar na URSS todas as categorias económicas do regime burguês, uma vez que se reconhecia a existência da produção mercantil no socialismo –, essa pessoa estava profundamente equivocada.

A nossa produção mercantil distinguia-se radicalmente da produção mercantil capitalista. O valor – categoria histórica – revelava-se nas nossas condições de uma forma totalmente diferente da que tem nas condições da propriedade privada dos meios de produção. A lei do valor, escreve Stáline, no nosso país «*está limitada e enquadrada*». É verdade que a expressão «*modificação socialista do valor*» não é utilizada por Stáline, mas na sua essência esta abordagem é por ele desenvolvida de forma inequívoca e indiscutível.

O que são em geral bens de consumo da população?

Os bens de consumo são meios de reprodução da força de trabalho; são os substitutos ou representantes mais directos e próximos do trabalho vivo no sistema de relações de valor, pois, como se sabe, o trabalho em si não tem valor, nem preço.

A divisão da produção nacional em mercadorias e não mercadorias comporta uma série de importantes consequências.

A primeira é o facto de o valor do sobreproduto, ou rendimento líquido, passar a poder consolidar-se apenas, em rigor, nos preços dos bens de consumo. Isto acontece simplesmente porque, do ponto de vista económico, só eles constituem mercadorias e só eles têm um preço no sentido próprio da palavra. Ou seja, um preço que não é um valor convencional-contabilístico, mas que tem relevância económica determinante. O rendimento líquido não é mais do que a diferença entre o preço de venda e o preço de custo. Se os preços não tiverem expressão económica, então não haverá um rendimento economicamente fundamentado.

A este respeito gostaria de alertar para o preconceito comum de que, alegadamente, no mercado socialista de bens de consumo nunca se teve em conta a lei da procura e da oferta, que os preços eram definidos a eito e que isso, supostamente, estaria bem.

A lei do equilíbrio entre a procura e a oferta actua no mercado socialista de forma rigorosa. Neste mercado os preços têm um carácter objectivo, e enquanto isso foi tido em conta, as prateleiras estavam cheias de produtos ao mesmo tempo que os preços baixavam; mas quando se negligenciou esse aspecto, surgiu um desequilíbrio na circulação monetário-mercantil, a procura não satisfeita reflectiu-se no aumento dos depósitos poupança, acumularam-se reservas excessivas de mercado-

rias armazenadas e outras contrariedades. Mas o culpado disto não foi o socialismo, mas as pessoas que marcharam obstinadamente contra as suas leis objectivas.

A segunda consequência é a circunstância de surgir um nova distinção entre as mercadorias e as não mercadorias: as primeiras constituem a produção social final e as segundas, produção social intermediária. Não pode ser de outro modo, dado que, seja sob que forma for, ainda existe mercado no organismo económico da sociedade, e se a sociedade ainda não pode prescindir do mercado, então *economicamente* não há quaisquer outras variantes a não ser considerar como produto social final apenas e unicamente a parte que é realizada no mercado, e aquilo que não chega ao mercado realiza-se de acordo com outras regras, sendo incluído no produto social intermediário.

Assim, em princípio, toda a produção destinada ao processo técnico-produtivo, à excepção de uma pequena parte que é vendida à população nas mesmas condições que os bens de consumo, do ponto de vista económico, é incluída na categoria de produção social intermediária, e o seu valor de referência é o preço de custo e não o preço de venda.

Por último a terceira consequência. Apesar de o valor do sobreproduto ser criado por todos os trabalhadores da produção material, ele só «*amadurece*» para a sociedade, caindo do processo económico para o depósito, só se acumula no mercado de consumo; ou como frequentemente se dizia antigamente, «*não na esfera da produção, mas na esfera da circulação*».

Nas células de produção, digamos, ao seguirmos o amadurecimento do novo valor, todos os elos da cadeia social e tecnológica nos conduzem ao mercado, pois nas células produtivas, em si, não se forma o valor do sobreproduto.

Naturalmente que este é um modelo ideal. Na realidade tudo se passa de uma forma menos linear. Mas agora é a altura própria para recordar que Lénine, explicando a essência do socialismo, várias vezes recorreu nos seus trabalhos à analogia entre o carácter integral da economia socialista e as diversas formas de corporações industriais capitalistas. Assim, no *Estado e a Revolução*, fala da economia socialista socializada como de «*um único “consórcio” estatal, nacional*»¹⁰ É também amplamente conhecida a comparação que Lénine faz entre a sociedade socializada e «*o monopólio capitalista de Estado usado em proveito de todo o povo*».¹¹

E se olharmos até onde chegámos na busca do sistema económico socialista, vemos que na realidade, no nosso país, toda a economia nacional estava «*ligada*» de modo algo semelhante a um consórcio gigante multi-sectorial, ou um «*consórcio nacional*».

O consórcio chega ao mercado com uma determinada produção final, e o lucro, que foi extraído do conjunto da actividade, só está contido no preço desta produção. Depois o lucro total é dividido por todos os participantes na cadeia tecnológica. Não passa pela cabeça de ninguém formar o lucro no preço do produto intermediário, apesar de os produtos semiacabados transitarem dezenas de vezes no interior do consórcio, de uma empresa para outra, e apesar de cada

¹⁰ *O Estado e a Revolução* (Agosto e Setembro de 1917), V.I. Lénine, *Obras Escolhidas* em seis tomos, Ed. Avante – Progresso, Lisboa – Moscovo, 1985, t.3, p. 272. (N. Ed.)

¹¹ *A Catástrofe Que Nos Ameaça e Como Combatê-la* (Setembro de 1917), V.I. Lénine, *Obras Escolhidas* em três tomos, Ed. Avante – Progresso, Lisboa – Moscovo, 1981, t.3, p. 195. (N. Ed.)

empresa estar separada das restantes, como se costuma dizer, por mares e oceanos. O facto é que o produto intermediário passa de elo em elo a preços de transferência, «*sem lucro*», que são aproximadamente iguais ao preço de custo.

Um tal «*consórcio nacional*» foi formado de facto, nos anos 30 e 40, na economia do nosso país. Neste «*consórcio*», ou complexo económico unificado, considerava-se produção intermediária a produção destinada ao processo técnico-productivo, e produção final as mercadorias de consumo geral.

A produção destinada ao processo técnico-productivo não era vendida, mas integrada num fundo, ou seja, era distribuída pelos canais de abastecimento técnico-material. Os preços eram estabelecidos uniformemente um pouco acima do preço de custo (preço de custo mais o chamado lucro mínimo, um pequena percentagem do preço de custo).

A redução do preço de custo era um dos principais indicadores de avaliação do plano. Na base da redução do preço de custo, baixavam os preços de retalho e, deste modo, o rendimento líquido criado na produção material percorria a cadeia social-tecnológica até chegar ao mercado, onde tomava a forma de imposto sobre transacções, incorporado no preço das mercadorias, que era arrecadado pelo Estado.

Deve-se salientar que o Estado conduzia uma política activa de redução dos preços de retalho, e era exactamente a perspectiva da baixa iminente dos preços de retalho da produção que impelia os dirigentes económicos a procurarem energicamente margem para reduzir o preço de custo.

No entanto, nem todo o rendimento líquido se acumulava realmente no mercado de consumo. Como já vimos, uma parte continuava a formar-se nas células produtivas, através de um mecanismo bastante vulnerável – uma percentagem do preço de custo, ou seja, no essencial, dos gastos de trabalho social. Esta circunstância dava origem a vários fenómenos negativos. Todavia, no final da governação de Stáline, em 1952, o imposto sobre transacções representava 69 por cento das receitas do Estado.

Deve-se sublinhar que o termo «*imposto sobre transacções*», utilizado para designar este pagamento, não reflecte em absoluto a sua verdadeira natureza nas condições da economia socialista. Não era um imposto, mas em rigor a consolidação do rendimento líquido da sociedade nos preços da produção social final.

O eminente economista soviético, Aleksandr Vassílievitch Batchúrine propôs a designação de «*rendimento geral do Estado*». O imposto sobre transacções representava a parte fundamental do chamado «*rendimento líquido centralizado do Estado*».

A este propósito, quem quiser conhecer mais em pormenor os princípios de funcionamento da economia soviética no período de Stáline, recomendo que leia o livro de Batchúrine, *O Lucro e o Imposto sobre Transacções na URSS*, editado em 1955. Do que conheço, esta é certamente a melhor obra sobre este tema.

A consolidação do rendimento social líquido «segundo o trabalho»

*(na forma de imposto sobre transacções no mercado de consumo socialista).
A distribuição do rendimento líquido «segundo o trabalho» (através da redução regular dos preços de retalho e aumento dos fundos de consumo social gratuito).
A economia nacional soviética do período de Stáline não foi uma «economia de mobilização», mas uma verdadeira economia socialista.*

Vamos agora fazer uma breve digressão e em seguida terminaremos a análise do modelo económico.

Entre os nossos economistas da época que precedeu a *perestroika* era muito popular a ideia de que precisávamos de assimilar as realizações e aproveitar tudo o que havia de melhor no Ocidente. Porém, nunca a nossa economia atingiu um nível tão esplêndido, orgânico, produtivo e historicamente justificado, de assimilação das realizações da civilização ocidental como na época de Stáline. Contudo, não era uma simples assimilação, mas uma genuína «reprodução» dialéctica, ou seja, uma reelaboração criativa, com o aproveitamento daquilo que era mais importante e a passagem para um novo degrau histórico.

Esta reelaboração dialéctica tem um valor particular pelo facto de ter sido realizada objectivamente, sem uma intenção consciente claramente expressa. Naturalmente que os bolcheviques-stalinistas se lembravam do preceito leninista sobre a necessidade de assimilar todas as riquezas intelectuais e pratico-organizativas da humanidade. Mas certamente que ninguém, começando pelo próprio Stáline, se colocou conscientemente o objectivo de sintetizar dialecticamente os progressos alcançados pela burguesia. Tanto mais que, historicamente, uma parte essencial destes progressos ainda não se tinham concretizado, e o pano de fundo em que decorreu o nosso primeiro quinquénio foi a crise mundial de 1929-33.

Não obstante, o princípio profícuo de não obter lucro do preço do produto intermediário, o qual na economia capitalista só podia ser aplicado no quadro das corporações industriais, foi objectivamente generalizado no nosso país à escala de todo o organismo económico.

Terminemos agora a análise do modelo.

Atrás já dissemos que o valor do sobreproduto, ou rendimento líquido, tem a propriedade de «se colar» ao factor de produção que é dominante numa dada etapa histórica, isto é, ao qual está ligado e no qual radica o poder da classe dominante.

Vejamos agora no modelo de Stáline a que aparece «colado» o rendimento líquido social – tendo em conta que a linha de transferência da função de formação do rendimento para os preços no mercado de consumo era conduzida com vista a ter a maior abrangência possível, malgrado não se ter realizado na totalidade.

Ora, porquanto os bens de consumo geral são na sua essência os substitutos directos e representantes no mercado do trabalho vivo, o que vemos é que aqui o rendimento social líquido não «se cola» a outra coisa senão ao trabalho vivo. Por outras palavras, objectivamente o rendimento social líquido forma-se *proporcionalmente ao trabalho vivo*, aos seus gastos. Ou seja, o factor de produção [trabalho vivo] ao qual no regime socialista deve pertencer a hegemonia económica e política está colocado na própria estrutura, no corpo do organismo económico, numa posição que lhe garante essa hegemonia: para ele «*flui*» o resultado final do processo social de produção, o valor do sobreproduto.

E aqui termina a analogia com a corporação capitalista; aqui se realiza um avanço basilar, social-estrutural, de dimensão formacional, resolve-se a contradição entre o carácter social do trabalho e a apropriação privada dos seus resultados, a qual o socialismo é de facto chamado a resolver. Da apropriação privada transitamos para a apropriação social, da formação e distribuição do novo valor através do capital, segundo o capital, passamos para a formação e distribuição segundo o trabalho, da distribuição sob a forma monetária ao nível das unidades de produção, passamos para a distribuição sob a forma natural ao nível estatal.

Houve sempre muita conversa, e ainda hoje há, sobre a «*distribuição segundo o trabalho*», mas as pessoas obstinam-se em não querer compreender duas coisas simples: primeiro, só é possível distribuir segundo o trabalho aquilo que se forma proporcionalmente ao trabalho, aos seus gastos; segundo, a distribuição segundo o trabalho só pode ser *social* (em oposição à privada) e só se pode realizar através de canais nacionais, estatais. E ainda: esta distribuição por princípio não é realizável sob a forma monetária.

Sob que forma se realizava esta distribuição no modelo de Stáline de «*duas escalas*»? (A propósito, esta designação – sistema de preços de «*duas escalas*» – tem origem na divisão em preços de transferência dos meios de produção e preços do mercado de consumo com a componente da formação do rendimento).

No modelo de Stáline de «*duas escalas*», a distribuição segundo o trabalho realiza-se *a)* sob a forma da baixa regular dos preços de retalho de um amplo conjunto de bens, à custa do imposto sobre transacções, e *b)* sob a forma de um contínuo incremento, alargamento e aperfeiçoamento qualitativo dos fundos de consumo social gratuito. Outras variantes de «*distribuição segundo o trabalho*» simplesmente não existem.

Os cidadãos soviéticos na sua grande maioria não compreendiam, e também ninguém se preocupou em explicar-lhes, que a baixa dos preços de retalho (ou pelo menos a sua estabilização durável) mais o desenvolvimento dos fundos de consumo gratuito representam a realização do seu *direito ao rendimento*, constituem a única forma possível sob a qual os trabalhadores no socialismo recebem, adicionalmente ao salário e aos diferentes prémios que auferem no local de trabalho, a sua parte do rendimento enquanto coproprietários dos meios de produção socializados (ou, o que é o mesmo, estatizados).

As pessoas não ofereceram a devida resistência à maldita «*desestatização*» e privatização devido a esta incompreensão. Pensaram que, para além de preços estáveis, saúde gratuita, educação e habitação, iriam receber ainda alguns «*dividendos*». Mas os dividendos foram apenas para os bolsos de outros, enquanto os trabalhadores comuns perderam o seu direito vital ao rendimento – sob a única forma em que poderiam recebê-lo. E perderam também o «*conduto*», isto é, uma grande parte do salário; quanto às pensões, estas foram cortadas em várias vezes.

No projecto de nova redacção da Constituição da URSS foi incluído um artigo específico sobre o direito dos cidadãos a uma parte do rendimento líquido da sociedade, com base em todo o sistema de relações de propriedade estatal socialista e da administração socialista, enquanto garantia material deste direito.

Devemos ter presente que qualquer operação cirúrgica na melhor clínica do país era gratuita, era garantido do direito à habitação e os salários eram pagos com pontualidade. Se alguém viesse dizer que a propriedade estatal «*não é de ninguém*», cada um deveria ser capaz de responder: é mentira, uma parte pertence-me, porque

é ela que me educa gratuitamente, me dá cuidados de saúde, trabalho, me aloja num bom apartamento, me permite viajar por todo o país por meia dúzia patacos, quer seja para o Mar Negro ou para o Oceano Ártico. Quem atenta contra a propriedade estatal é inimigo do povo. Se assim respondermos, não teremos medo de nenhuma «*quinta coluna*».

No modelo de Stáline, a baixa anual de preços de retalho era o «*velocímetro*» da eficiência da administração económica. A propósito, também aqui se observa uma evidente analogia sistémica entre o movimento de redução dos preços de retalho no socialismo e a tendência para a redução da taxa de lucro nas condições da economia capitalista.

A contínua redução dos preços, o aumento do volume de bens oferecidos gratuitamente aos trabalhadores, à medida do desenvolvimento da sua cultura de necessidades, tudo isto conflui para uma espécie de «*auto-superação*» progressiva das relações monetário-mercantis, de valor. Abre-se a perspectiva da transição natural, evolutiva, para a fase superior do comunismo, para a produção integralmente não mercantil, na qual o trabalhador se realiza, não como possuidor de «*força de trabalho*», mas como personalidade criativa, e para a distribuição comunista segundo as leis de uma abundância racional e sensata.

A conclusão de tudo o que foi dito é que a construção de Stáline do processo socialista de direcção da economia, na base do mecanismo da incessante redução dos custos e dos preços, não representou nenhuma «*economia de mobilização*» – como está escrito nos documentos programáticos de praticamente todos os nossos partidos comunistas actuais – mas sim uma *economia socialista como tal*, na sua forma autêntica, que pela primeira vez na história se consolidou com os seus contornos de princípio e um carácter sistémico que objectivamente lhe é próprio.

Neste modelo, a forma de consolidação e distribuição do rendimento líquido (isto é, a modificação da relação de valor) correspondia inteiramente à forma de propriedade e à essência objectiva da nova formação social.

Os discursos sobre o retorno ao socialismo que não colocam a questão do retorno a este esquema económico são totalmente vazios.

Porém, é preciso sublinhar de todas as maneiras que não se trata de um regresso ao passado, mas ao futuro. Isto porque se nos situarmos na zona de acção do modelo económico de Stáline, estaremos, para sermos totalmente exactos, já não no socialismo, mas na fase de construção em larga escala do comunismo – como aliás no seu tempo se afirmava com toda a justeza. Ou seja, estaremos num socialismo que intensa e incessantemente, a cada minuto e a cada hora, se transforma em comunismo.

Como foi destruída a economia soviética durante a «reforma» de 1965-67?

(através da destruição da correspondência sistémica entre as relações de propriedade e a modificação do valor)

Como se devia ter saído da crise gerada pela «reforma»?

(restabelecendo na economia a correspondência própria ao sistema entre o princípio da consolidação do rendimento e as relações de propriedade socialistas)

Gostaria de dizer ainda mais alguma coisa sobre o modelo de «duas escalas», mas não posso deixar de abordar, ainda que muito brevemente, a questão da sua destruição.

Este modelo foi destruído de uma forma deliberada e consciente, e o golpe foi desferido no próprio coração: na articulação entre a forma de propriedade e o princípio da formação do rendimento.

Quem já se interessou pela história e os precedentes da reforma de Kossíguine¹² de 1965-67, lembrar-se-á certamente de como os seus adeptos mais zelosos apresentaram a essência desta reforma. A essência resumia-se à substituição do imposto sobre transacções pela tributação do lucro das empresas e pelo pagamento dos meios de produção.

E porque é que os nossos reformadores odiavam tanto o imposto sobre transacções? Por uma razão muito simples: porque representava o rendimento líquido da sociedade, consolidado de maneira socialista, proporcionalmente ao trabalho vivo. Por seu lado, o lucro das empresas – na medida em que ainda se forma no socialismo – e ainda mais o pagamento dos meios de produção, ou seja, uma variedade do rendimento líquido, são consolidados proporcionalmente ao trabalho social; ou seja, de maneira análoga ao que acontece na sociedade capitalista.

Em conformidade, o principal objectivo da reforma foi acabar com o chamado sistema de dois canais de contribuições para o Estado – através da tributação do lucro e do imposto sobre transacções – e passar futuramente para a acumulação exclusiva do rendimento líquido na economia nacional através do «lucro sobre o capital», isto é, proporcionalmente ao valor dos meios de produção e recursos materiais circulantes [capital circulante].

Por outras palavras, o objectivo da reforma foi a substituição do princípio da consolidação e distribuição do rendimento líquido social «segundo o trabalho» por um sucedâneo do princípio burguês da formação de lucro e apropriação do lucro «segundo o capital». Ou seja, desde o primeiro momento, não se tratou de uma «reforma», mas de uma diversão económica de grande escala, precursora directa do pogrom de Gaidar e Tchubais.¹³ Isto porque não é possível imaginar um tal nível

¹² **Kossíguine**, Aleksei Nicoláievitch (1904-80), membro do partido desde 1927. Comissário do Povo para a Indústria Têxtil (1939-40), ministro das Finanças da URSS (1948), ministro da Indústria Ligeira (1949-53), presidente do *Gosplan* (1959-60), vice-presidente (1960) e presidente (1964-80) do Conselho de Ministros da URSS, membro do CC do PCUS desde 1939 e do *Politburo* (1948-52 e 1960-80). (N. Ed.)

¹³ **Gaidar**, Iegor Timúrovitch (1956-2009), economista e político russo, foi primeiro-ministro da Federação Russa, entre 15 de Junho e 14 de Dezembro de 1992. (N. Ed.)

de estupidez humana que impedisse Kossíguine, por exemplo, de compreender o que de facto – realmente – estava a engendrar na economia soviética.

Em todo o caso, a explosão de júbilo com que a «*reforma*» foi recebida no Ocidente, os brados de alegria que vinham de lá a este propósito, e as apreciações que eram feitas pelos economistas ocidentais – tudo isto devia alertar mesmo o mais completo estúpido e levá-lo a interrogar-se se estaria a fazer o que era preciso. De modo que o mais certo é não ter havido aqui ninguém estúpido, não houve tal como não há agora.

Em resultado da «*reforma*» a economia socialista foi privada do princípio que lhe era próprio da formação do rendimento. E foi implantado à força um mecanismo pseudocapitalista, estranho e perverso, de acumulação e apropriação do sobreproduto social.

O processo de formação do rendimento – e ao mesmo tempo de distribuição do rendimento – foi «*transplantado*» do nível da economia nacional para o nível de cada empresa, ou seja, a apropriação social dos resultados do trabalho social foi na prática substituída pela apropriação por grupos particulares. Foi quebrada a importantíssima «*divisória*» no plano económico entre a produção social final e a produção social intermediária. Por toda a parte nas células económicas começou-se a extrair «*rendimento*», mas agora a palavra rendimento tem de ser entendida entre aspas, pois estes «*rendimentos*» da reforma revelaram uma perniciosa dependência directa do aumento dos gastos materiais efectuados no processo de produção (e não da sua economia). Despontou toda uma panóplia de consequências negativas da «*reforma*», que foram muitas vezes descritas na nossa imprensa: queda dos ritmos de crescimento, abrandamento brusco do progresso científico-técnico, evolução anémica dos indicadores da eficiência, egoísmo de grupo, injustiça na distribuição – e daqui a perda de estímulos para o trabalho consciencioso.

Durante 20 anos tudo isto nos atormentou, e nos meados dos anos 80, no conjunto da economia de facto, criou-se uma situação de profunda crise. Mas depois do que foi dito, respondam-me: foi esta uma crise orgânica do socialismo, foi uma crise interna emanante do próprio sistema socialista? Não e novamente não! Repito, foi resultado de uma poderosíssima diversão económica, resultado do facto de a economia socialista funcionar durante mais de duas décadas num regime anormal, criado artificialmente, com importantíssimos centros vitais destruídos.

Garanto-vos que depois de uma tal destruição qualquer outra economia, começando pela norte-americana, colapsaria em poucos meses, enquanto o nosso complexo económico nacional, precisamente *como sistema*, demonstrou ter uma vitalidade fenomenal. Sangrando de uma ferida tão terrível, que era constantemente remexida para que não sarasse, mesmo assim ela dava-nos de comer e beber, vestia-nos e calçava-nos, mantinha a paridade com o adversário geopolítico, lançava para o espaço máquinas excepcionais, organizava olimpíadas e os concursos Tchai-kóvski... e ainda hoje vive. Isto não é uma economia, mas a oitava maravilha não só do século XX, mas de todo o segundo milénio da nossa era. E se não salvarmos esta maravilha, se não a defendermos do inimigo, então perderemos o direito de nos chamarmos Povo no palco da história.

Tchubais, Anatoli Borísovitch (1955), político e empresário russo, foi vice-primeiro-ministro da Federação Russa, no governo dirigido por Gaidar, responsável pelo programa de privatizações. (*N. Ed.*)

No que respeita ao que era preciso fazer para sair da crise, gerada pelo «*reformismo*» de Khruchov e Kossíguine, ou – o que é o mesmo – pela sabotagem, penso que a resposta já foi atrás exposta de forma bastante clara: nomeadamente era preciso acabar com a sabotagem e restabelecer a correspondência adequada ao sistema entre a forma de propriedade e a modificação do valor, que foi brilhantemente encontrada na época de Stáline.

Em conclusão gostaria de fazer algumas observações rápidas, como se costuma dizer, sobre o ponto «*vários*», designadamente a propósito de alguns mitos que continuam hoje a ser relacionados com o sistema económico de Stáline.

Terá existido um modelo de «*duas escalas*» dispendioso, extensivo, pouco eficiente, dependente das subvenções, etc.?

Tudo isto pertence ao domínio da elaboração ociosa. Desde o seu nascimento que a economia socialista teve como orientação a obtenção de rendimento líquido (ou, o que é o mesmo, criação de acumulação), não através do aumento dos preços da produção, mas por via da economia de custos.

Esta linha já era seguida rigorosamente no final dos anos 20. Na resolução do plenário de Fevereiro de 1927 do CC do PCU(b), «*Sobre a Redução dos Preços de Venda e dos Preços de Retalho*», afirmava-se:

«Na questão dos preços cruzam-se todas as questões fundamentais económicas e, por conseguinte, as políticas do Estado soviético». «A tese de que o interesse na acumulação e o ritmo da industrialização ditam uma política de altos preços industriais é absolutamente errónea e inconsistente». «No nosso sistema económico a redução dos preços constitui o meio com a ajuda do qual a classe operária influencia a redução do preço de custo, (...) incita à racionalização da produção e dessa forma cria fontes realmente sãs para a acumulação socialista (...) são precisamente os altos preços que dão origem à acumulação desmesurada e a distorções burocráticas na produção e em particular nas estruturas comerciais.» «Por isso a redução do preço de custo é uma obrigação directa dos órgãos da indústria perante o partido, a classe operária e o país.»

Mesmo depois de todas as extravagâncias de Khruchov e Kossíguine, mesmo depois de em dada altura a redução do preço de custo ter sido retirada dos principais indicadores de avaliação do plano, mesmo assim o preço de custo da produção industrial e agrícola em geral da URSS era cinco a dez vezes inferior ao dos países do Ocidente.

Assim, antes da *perestroika*, considerando que um dólar americano correspondia aproximadamente a 90 kopeques (hoje estamos convencidos de que este seria um câmbio razoável e justo), o preço de custo da tonelada de carvão na URSS era de seis a dez rublos, face a um preço mundial de 30 a 40 dólares; o preço de custo da tonelada de petróleo era de 15 a 20 dólares, face a um preço mundial de 120 dólares; o preço de custo do metro de perfuração dos poços de petróleo era de 500 rublos, contra mil dólares nos EUA; o preço de custo de um quilowatt de electricidade era de um kopeque, enquanto nos EUA o preço de venda ao consumidor era de nove cêntimos, mas era subvencionado pelo Estado; o preço de custo da tonelada de trigo nos *kolkhozes*, entre 1985 e 1989, foi em média de 95 rublos, enquanto nas explorações privadas da Finlândia se elevava a 482 dólares; o preço de uma viagem de metro era de cinco copeques, contra um preço de custo de 5,1 kopeques, enquanto nos EUA o bilhete de ida e volta custava 2,30 dólares; um bilhete para o cinema não custava mais de 70 kopeques, enquanto nos EUA custava sete dólares; um ferro de

passar a roupa custava na URSS cinco rublos, enquanto no Ocidente custava 30 dólares; os nossos frigoríficos de 300 a 320 rublos eram vendidos em África a dois mil ou dois mil e 500 dólares, e não chegavam para as encomendas. E assim por diante.

Porque era assim tão barato? O conhecido publicista Serguei Kara-Murza escreve que os economistas no Ocidente imaginam que há nisto uma mística qualquer. Mas não há nenhuma mística aqui – isto é o resultado de o Estado bloquear os processos de formação de lucro nos preços da produção social intermediária, e também o resultado de uma boa receptividade da economia ao processo científico-técnico. Foi assim que a introdução de um novo método de montagem em série na *Fábrica de Artilharia Stáline* permitiu reduzir em seis vezes o preço de custo dos canhões, ao longo do período da II Guerra.

A economia militar da URSS constituiu um fenómeno único em toda a história mundial. Com uma produção de electricidade quase duas vezes menor do que a Alemanha hitleriana e os seus satélites, uma extracção de carvão cinco vezes inferior e um terço da sua produção de aço, a União Soviética produzia duas vezes mais armamento. O preço de custo de todos os tipos de técnica militar diminuiu no seu conjunto entre duas a três vezes durante o período da guerra. Estima-se que o país em guerra tenha gastado em armamento 40 mil milhões de rublos, a preços grossistas. A redução dos preços grossistas do armamento num país em guerra é coisa nunca vista antes na história. Foi a redução dos gastos de trabalho social que permitiu ao Estado soviético manter um nível estável de preços dos meios de produção, bem como dos preços a retalho dos bens essenciais de consumo geral. Perto do final da guerra, os preços nos mercados kolkhozianos baixaram significativamente.

No 4.º quinquénio (1946-1950), os ritmos de crescimento da produção bruta industrial foram superiores a 20 por cento e os ritmos de aumento da produtividade elevaram-se a 12-13 por cento. No final do quinquénio, a agricultura recuperou o nível anterior à guerra, e a indústria havia-o ultrapassado largamente. Logo em 1947, apesar da terrível seca de 1946, foi abolida o sistema de senhas de racionamento, realizou-se a reforma monetária e iniciou-se a redução anual dos preços a retalho dos principais produtos de consumo geral. Nos poucos anos em que vigorou esta política – lamentavelmente interrompida logo após a morte de Stáline – o nível de vida da população aumentou cerca de duas vezes.

Sobre este tema podíamos falar indefinidamente. Mas quando se lê na imprensa da oposição que precisamos de aprender com Roosevelt a organizar a produção, ou com quaisquer cooperativas espanholas, não deixamos de nos espantar com tal aberração da visão histórica. Vêm o que querem onde querem, mas não o que é preciso e onde é preciso. Espero que esta minha intervenção contribua um pouco para o esclarecimento destas questões.